

**Ata nº 03/2025/CAE**

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniram-se de forma presencial os membros do Conselho de Alimentação Escolar, Thais Rodrigues Guastalle, representante do Poder Executivo, Denize Pinheiro Carneiro, Elenita Lila de Carvalho, Osani Sabino Nascimento, representantes dos trabalhadores da educação, Priscila Rodrigues Fortes representante de pais de alunos, Thais Renata André, representante da sociedade civil. A presidente Denize iniciou reunião explicando que estava aguardando receber a Ata 02/2025 para ser lida, mas como não chegou em suas mãos, ficará para próxima. Ela explica que na eleição para novos membros não foi apresentado a vice-presidente que é a Jéssica Lysiane Becker. Diz que precisa da atualização da aplicação dos recursos dos últimos dois meses e que também não recebeu. Entrou em contato com a ex secretária executiva Rita para saber como ter acesso a essas informações. A presidente passa para o próximo ponto da pauta que é traçar o plano de ação para 2025, o que pode ser feito em relação as visitas aos núcleos. Em outra reunião foi sugerido começar pelo ensino fundamental. Diz que essas visitas devem acontecer o quanto antes, ver o que está ocorrendo nos núcleos, que estão com problemas de acondicionamento, de alimentação, perda de produto, e diante disso as visitas se fazem necessárias e que devem iniciar no ensino fundamental, visto que faz tempo que não ocorrem. Relata que precisa saber onde estão sendo feitos os armazenamentos dos alimentos. A conselheira Thais informa que hoje só é possível visitar os fornecedores e que a empresa **VR** por exemplo, que são dos alimento não perecíveis é possível fazer fiscalização, que provavelmente os produtos devem vir de terceiros, que já foram atrás da empresa devido problema no feijão eles foram notificados para resolverem com seus fornecedores. No período de férias desse ano ocorreu novamente e a empresa alegou ser do acondicionamento na escola, mesmo assim, eles nunca negaram a troca mas que fazem a notificação da mesma forma. Que são vários fornecedores, muitos provenientes da agricultura familiar, como cooperativas. Que estão procurando buscar as cooperativas com objetivo de aumentar a agricultura familiar e que isso também remete a receber destaque positivo do PNDE. Foi solicitado que a conselheira encaminhe uma tabela com todos esses fornecedores. A conselheira Priscila pergunta se não foi aprovado o “prato pedagógico”. A presidente informa que não e conselheira pergunta se poderia ser encaminhado pelo CAE indicando. A conselheira Thais diz que o orçamento do prato pedagógico não entrou no orçamento de 2025. Da mesma forma, a conselheira Priscila sugere fazer o encaminhamento nem que seja para ano de 2026. Explica que nas crianças de berçário que ficam 12 horas no núcleo, elas aprendem os hábitos alimentares no núcleo, diz que as crianças aprendem como espelho, que as pessoas que estão oferecendo devem estar comendo também e que não há necessidade de ser um prato com alto volume de comida, o objetivo está dentro da proposta cuidar e educar como uma questão de intercâmbio e que muitos alimentos não são oferecidos em casa e que o fato de ter estímulo por parte da professora em comer e mostrar pra criança faz toda a diferença. A conselheira Thais comenta que muitas vezes chega nos núcleos e as professoras estão comendo depois do almoço dos alunos e que esse é o problema. A conselheira 1 diz que as agentes de alimentação devem ficar responsáveis em fazer o prato pedagógico do professor. A preocupação da conselheira Denize é faltar algum alimento para criança. A conselheira Priscila diz que com embasamento científico e dentro da própria proposta curricular, sendo a criança um agente social e que ela aprende com as interações e o cuidador principal durante cinco dias da semana são os professores, que são as figuras de referência, o prato pedagógico estaria em conformidade e não comer o “resto”, dessa forma

não estaria exercendo o papel do espelhamento e que estão em fase de introdução alimentar e se faz muito necessário o prato pedagógico, reforça que tudo isso tem embasamento científico. A conselheira 2 fala que a sobra do prato da criança não é um desperdício, quer dizer que a criança ainda está se habituando, sobra é o que está no bufe, que as agentes de alimentação sabem a quantidade a ser preparada pelo número de alunos, diz que colocar a mesma quantidade de comida da criança no prato pedagógico não é uma realidade que acontece, volta a citar a questão do orçamento como já foi explicado anteriormente e que o município precisa querer arcar com esses valores. A discussão foi bastante significativa. A presidente sugere fazer uma reunião com a secretária de educação para tratar sobre esse assunto e que a mesma já tem ciência dessa solicitação, buscando entrar num acordo do que é melhor pra criança, todas as presentes concordaram. A presidente sugere ter formação para as agentes de alimentação abordando vários temas, inclusive na apresentação dos alimentos entre outros com objetivo de melhorar as ações dentro da cozinha. Colocar no plano de ação visitas para ver como estão os refeitórios, que em muitos núcleos as mobílias não estão adaptadas para a faixa etária, fazer um relatório e encaminhar para SEDUC e cobrar resposta para solucionar os problemas encontrados. A presidente passa para o próximo ponto para o plano de ação que é fazer parceria com as nutricionistas na hora da entrega, fazer avaliação dos produtos com objetivo de vistoriar a qualidade do que está sendo entregue, dando sequencia ao plano de ação, participar das licitações, chamadas públicas e principalmente entendê-las; identificar nossos fornecedores, que a nutricionista já ficou de encaminhar; participar de reuniões com pais e professores para divulgar a importância da boa alimentação; fazer vistoria nas cozinhas e solicitar pesagem dos alimentos entregues e os motivos da substituição de alguns alimentos que os fornecedores fazem. A conselheira Thais diz que toda troca os gestores devem estar cientes e que seria bom o administrador acompanhar essas entregas juntamente com uma agente de alimentação. A conselheira Priscila diz que precisamos entender que o ambiente escolar deveria haver diálogo, cooperação entre os envolvidos e que essa parceria falta em nossas escolas, também comenta que as agentes de alimentação e da limpeza deveriam participar das reuniões na escola juntamente com os professores, todos que estão no ambiente de trabalho estão envolvidos com os alunos. Muitos foram os depoimentos das conselheiras e foi solicitado que esse tema seja colocado em pauta na reunião com a secretária de educação. A presidente solicita que se retorne novamente para o plano de ação, tem sugestão de fazer horta escolar com a participação dos alunos. A conselheira Thais relata que essa pauta já está em discussão. As conselheiras concordam que as hortas escolares são muito uteis no desenvolvimento alimentar da crianças, dentre muitos outros aspectos que podem ser explorados. A presidente diz que está preocupada porque faz tempo que não estão sendo feitas divulgações no site da prefeitura, que a última foi em 2023. Lembra que o CAE somos nós, os conselheiros e por isso as reuniões. Sugere que participem de cursos do PNAE, FNDE, encontros co CECANE, enfim, para estarem sempre atualizadas. A presidente diz que como os cursos com o CECANE são longes, a SEDUC precisa dar condições de participarem, mas que até o carro é negado, inclusive para as visitas nas escolas, sugere levar esse assunto para conversar com a secretária de educação. Lembra que está dentro do estatuto do CAE o direito que a unidade executora, no caso a prefeitura, deve disponibilizar condições para que o CAE exerça sua função. Sugere ainda que todo semestre seja preparado um fôlder com todas as atividades desenvolvidas, prestação de contas e pra isso é necessária a parceria com as nutricionistas. Foi reforçado novamente a urgência de uma reunião com a secretária de educação. Em relação a organização das visitas, sugere que sejam divididas por áreas, podendo pegar um dia específico para atender as escolas. A conselheira Priscila sugere ser feita uma tabela das regiões e dias de visitas. A presidente informa que estará solicitando para secretária Monique fazer o plano de ação e a tabela de

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**



visitas. Pede que se alguém tem mais alguma informação, pode estar passando para secretária executiva. A presidente pede que antes de se iniciar as visitas ou qualquer outra atividade, seja feita a reunião com a secretária. A presidente lembra que toda visita é preciso estarem uniformizadas e com identificação. Se for necessária, será agendada uma reunião extraordinária. A conselheira Priscila pede pra que seja colocado no grupo o arquivo de checklist para análise e sugestões. A conselheira Thais diz que tem uma grande demanda de assuntos onde nutricionistas e CAE podem caminhar juntos e que todas as informações que puder vai disponibilizar para o CAE. Foi comentado também, a necessidade de buscarmos sempre evoluir e não cair naquele ditado “eu sempre fiz assim”. A presidente encerra a reunião agradecendo a participação de todos.